

OS CAJUEIROS DAS ALMAS E SEPULTAMENTOS DE VÍTIMAS DO NAUFRÁGIO DO VAPOR BAHIA NO MAR DE PONTA DE PEDRAS, GOIANA-PE

THE CASHEW TREES OF SOULS AND BURIALS OF VICTIMS OF THE SINKING OF THE VAPOR BAHIA IN THE SEA OF PONTA DE PEDRAS, GOIANA-PE

Thais M. BARBOSA¹

José Bartolomeu dos Santos JÚNIOR²

Sávio Roberto Fonseca de FREITAS³

Resumo: Este artigo, tem como objetivo evidenciar e identificar lugares em que foram enterradas algumas pessoas que perderam suas vidas no acidente náutico entre os navios Bahia e Pirapama, em março de 1887, próximo da praia de Ponta de Pedras, Goiana, Pernambuco, e a formulação mística que se organizou a partir de então. Por perspectivas qualitativas e bibliográficas, vamos argumentando conexões com as percepções de Peter Burke (2008), Durval Júnior (2007), e de pesquisadores da história do município que discorreram sobre esse acontecimento e sobre o caráter de encantamento sacro que se formulou nos cajueiros, como nos informa Antonio Miranda (2010), Josué Sena (2007), Mário Santiago (1946), Mário Rodrigues do Nascimento (1996) e Octávio Pinto (1968), bem como do Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo (1868-1892) para assentir as informações.

Palavras chave: Interculturalidade, Ponta de Pedras, Sagrado, Sepultamento, Vapor Bahia.

Abstract: This article aims to highlight and identify the burial sites of individuals who lost their lives in the nautical accident between the ships Bahia and Pirapama in March 1887, near Ponta de Pedras beach in Goiana, Pernambuco. It also explores the mystical formulation that emerged from that moment. Using qualitative and bibliographical perspectives, we create connections with the perceptions of Peter Burke (2008), Durval Junior (2007), and city history researchers who discussed this event and the sacred enchantment associated with the cashew trees, as noted by Antonio Miranda (2010), Josué Sena (2007), Mário Santiago (1946), Mário Rodrigues do Nascimento (1996), and Octávio Pinto (1968). Additionally, the Book of Burials of the Parish of São Lourenço de Tejucupapo (1868-1892) is used to confirm the information.

Keywords: Interculturality, Ponta de Pedras, Sacred, Burial, Steam Bahia.

Introdução

Durante fins do século XX e princípio do XXI, pesquisadores estiveram detidos no debate dos termos Ponta de Pedras e Pontas de Pedras. Para alguns, o correto seria

¹ Doutoranda do programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: thais.m.barbosa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6655-1409>.

² Doutorando do programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: jbsjr@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9150-1051>.

³ Professor Doutor do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando do programa de Pós-graduação em Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: savioroberto1978@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7541-3377>.

tratar o Terceiro Distrito de Goiana como Pontas de Pedras, já que havia no estado do Pará um município com o nome de Ponta de Pedras. Surgiram várias defesas em prol da praia do litoral pernambucano, tendo referência à antiguidade dos reflexos da colonização portuguesa no continente americano, pois, mesmo não dispondo de documentos tradicionais que o comprovem, existe uma oralidade que alguns autores utilizaram em suas obras relatando que em 18 de agosto de 1501, navegadores a serviço da Coroa Portuguesa aportaram nesta praia. Severino Carneiro de Oliveira (2010) e Antonio Alves de Miranda (2010) dão ênfase a essa chegada. Vejamos a exposição feita na obra de Severino Carneiro de Oliveira; vale destacar que a Praia de Ponta de Pedras fica bem próxima da divisa do Estado de Pernambuco com a Paraíba.

Em 1501, uma expedição exploradora comandada pelos navegadores Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio chega à praia de Ponta de Pedras para fazer o mapeamento das terras, objetivando o início do povoamento destas que agora pertenciam à Coroa Portuguesa (Oliveira, 2010, p. 56).

No livro “Praias de Goiana”, Antonio Alves de Miranda, de certa maneira complementa as informações fornecidas por Severino Carneiro de Oliveira, quando afirma que

Os navegantes portugueses comandados por Gaspar de Lemos e orientados pelo piloto Américo Vespúcio, voltam a singrar as águas do Atlântico e no dia 18 de agosto de 1501 aportam em terras brasileiras, para um melhor reconhecimento das terras que Cabral descobrira no ano anterior (Miranda, 2010, p. 24).

Contudo, Ponta de Pedras teve um maior destaque, no ponto de vista do colonizador, a partir do ano de 1589, quando o frei Antônio do Campo Maior, prior e construtor do convento franciscano de Igarassu, na capitania vizinha de Pernambuco (já que Ponta de Pedras estava no território da Capitania de Itamaracá) organizou a instituição de missões catequéticas em aldeias indígenas que existiam em Itapissuma, Itamaracá e em Ponta de Pedras. “Frei Antônio de Campo Mayor fundou uma missão indígena, cujo povoamento começou a se expandir em 1589” (Oliveira, 2010, p. 311). No primeiro volume dos Anais Pernambucanos, coletânea de livros em 10 volumes (tomos), onde o pesquisador Francisco Augusto Pereira da Costa (nascido em 1851 e falecido em 1923) discorre sobre a história colonial, imperial e republicana de Pernambuco faz registro sobre a presença missionária da Ordem franciscana (de São Francisco de Assis) naquela praia, Pereira da Costa diz que

Neste ano fundou o padre franciscano Fr. Antônio de Campo Maior uma missão de índios na sua aldeia de Ponta de Pedras, em terras da Capitania de Itamaracá, quando se achava na vizinha vila de Igarassu dirigindo as obras de construção do seu convento. Por esse mesmo tempo fundou ele também mais outras duas missões, nos aldeamentos de Itamaracá e de Itapissuma (Costa, 1983, p. 614).

Na mesma obra, Pereira da Costa ainda enfatiza sobre a comunidade ali organizada teve a edificação de um templo católico a partir de uma irmandade leiga na primeira metade do século XIX; “[...] em 1838 tinha uma capela sob a invocação de N. S. da Expectação, com uma irmandade, a qual foi reconstruída, aumentadamente, em 1867, e em 1863 foi a localidade constituída em uma subdelegacia” (Costa, 1983, p. 614-615). Nossa Senhora da Expectação também é conhecida como Nossa Senhora do Ó; no livro ‘Padroeiros Pernambucanos’ (2004), José Ricardo Paes Barreto explica que

A invocação a Nossa Senhora do Ó é representada com o ventre sagrado desenvolvido, reconhecendo-se nela a esperança do parto próximo. A denominação Nossa Senhora do Ó tem origem, segundo autores, de ser a letra “O” símbolo de imortalidade, e, portanto, de Deus, de quem Maria é mãe. Outros, entretanto, dizem que provém das antífonas Maiores que celebram a vinda de Jesus, rezadas pouco antes do Natal e que a repetem várias vezes a exclamação “oh!” Conhecida por esse motivo, pela população, com “as antífonas do Ó”. O bispo de Toledo, Santo Idelfonso foi quem, pela primeira vez, mandou festejar no dia 18 de dezembro a festa da Expectação do Parto da Santíssima Virgem, a fim de comemorar, com alegria, como Maria aguardava o nascimento do filho. O culto a Nossa Senhora do Ó é bastante conhecido em Portugal e no Brasil (Barreto, 2004, p. 162).

Na Comunidade de Ponta de Pedras, depois, acreditamos que em fins do século XIX e início do século XX, o templo dedicado à Nossa Senhora do Ó agregou uma devoção a Santo Amaro, festejado no calendário católico em 15 de janeiro, reforçando o aspecto hagiográfico. Segundo Carvalho (2013), a hagiografia é um gênero literário utilizado para narrar a vida de pessoas que alcançaram a santidade servindo para retratar a vida de homens ou mulheres que, ao longo de suas vidas, agiram de forma a determinarem sua condição de sagrado.

Existe uma tradição nas festividades dos padroeiros daquela praia no que diz respeito aos direcionamentos e a saída dos andores nas procissões que sempre acontecem no último domingo do mês de janeiro: nos anos pares (exemplo, 2024), é dada visibilidade para Nossa Senhora do Ó e seu andor é o primeiro no cortejo da procissão; já nos anos ímpares (exemplo, 2023), os festejos são direcionados para Santo Amaro e seu andor ganha destaque na procissão. José Ricardo Paes Barreto (2004) discorrendo sobre este santo católico explica que

Amaro nasceu na cidade de Roma, na Itália, no ano de 510 da era cristã. Filho do senador Eutíquio e da senhora Júlia. Aos doze anos de idade, ele e seu amigo Plácido foram confiados a Dom Bento, hoje São Bento, a fim de serem educados na ciência e na fé cristã do Mosteiro Sublaco. Sua permanência no mosteiro despertou-lhe a vocação para o ofício religioso, destacando-se pela fé e obediência aos preceitos cristãos, ganhando assim, a predileção de Dom Bento pelas suas virtudes de humanidade e caridade, especialmente para com os pobres. Seu primeiro milagre aconteceu ainda residente no mosteiro, quando salvou seu companheiro Plácido de um afogamento, mas com seu espírito de humanidade afirmou ser aquele milagre mérito de Bento. No decorrer de sua vida religiosa, cumpriu tão rigorosamente o seu ideal monástico, que passou a ser visto como perfeito herdeiro espiritual de Bento que, convicto da capacidade de seu discípulo, lhe confia a missão de fundar seu primeiro mosteiro beneditino em Glanfeul, na França. Santo Amaro é invocado nos casos graves de rouquidão, reumatismo, dor de cabeça e paralisia. É também padroeiro dos carregadores, carroceiros e fabricantes de velas (Barreto, 2004, p. 29).

A comunidade está localizada em uma planície que fica em um extremo pontal que adentra no mar chamado pelos nativos indígenas de Itaraca e que significa Ponta de Pedras e que constitui a parte mais oriental da costa do Brasil. Antonio Miranda, discorre que o nome deste acidente geográfico é Cabo de Santa Helena. Mário Rodrigues do Nascimento, relembra suas aulas primárias na década de 1930 em Goianinha (atualmente Condado) ministradas pela professora Maria Olindina de Barros Silva “[...] fez referência a Ponta de Pedras como o ponto mais oriental do Brasil nos estudos de geografia daquele tempo” (Nascimento, 1996, p. 169).

O Farol de Santa Helena, construído em 1918. Por volta de 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, ele foi destruído por um incêndio. Sua forma atual apresenta influência da modernidade existente na época de sua reconstrução. Dali do alto se avista o belo panorama litorâneo, os telhados avermelhados das casas e toda a vegetação circunjacente. O Pontal de Santa Helena é considerado o segundo ponto extremo oriental das Américas, ficando o primeiro com a Ponta dos Seixas, em Cabo Branco, na capital da Paraíba (Oliveira, 2010, p. 309).

Na obra compilada por Genny da Costa e Silva e Maria do Carmo Rodrigues, é relatado que na Ponta de Pedras existe um povoado consideravelmente aumentado próximo ao pontal que lhe deu nome e “[...] situa-se entre a barra de Catuama e a de Goiana; este ponto é considerado a parte mais extrema da América do Sul” (Silva; Rodrigues, 1972, p. 268). O missionário metodista Daniel Parish Kidder esteve na nossa região nordeste nos anos de 1836 e 1837. Estando na Ilha de Itamaracá, acertou e pagou sua ida até a Paraíba. Na sua descrição cita Ponta de Pedras, mas, dá maiores detalhes sobre Guajiru, também conhecida por comunidade de Pontinha (Silva; Rodrigues, 1972, p. 348), primeira praia do litoral sul da província paraibana naquele momento. Daniel

Kidder observa que em nosso litoral é muito comum a plantação de coqueiros, e que ao avistá-los já é uma certeza de nas proximidades encontrar moradores.

Dentro em pouco a ilha desapareceu atrás de nós e fomos passando sucessivamente pela Barra, Ponta das Pedras, Barra de Goiana, Guajiru, Pitimbu, etc., etc. Passamos ao largo de Guajiru ao nascer do sol e ficamos maravilhados com o aspecto claro e jovial. Todas as povoações litorâneas ostentam coqueirais frondosos. Essas utilíssimas palmeiras não proliferam espontaneamente. Têm de ser plantadas e regadas cuidadosamente durante muito tempo. Por isso, quando se avista ao longe um grupo de coqueiros, já se sabe de antemão que por perto existem moradores. Era interessante verem-se esses tufo oscilantes, plantados na areia, a certa distância uns dos outros (Kidder, 2008, p. 143).

Em 1850, na Comunidade de Ponta de Pedras já funcionava uma escola de primeiras letras financiada pelo governo da província de Pernambuco, pois, a lei nº 266 declarava “[...] que o prof. de primeiras letras de Ponta de Pedras, José Francisco de Souza tem o direito a perceber a gratificação anual do art. 10 da lei de 15-10-1827” (Silva; Rodrigues, 1972, p. 315). No ano de 1881, outra lei provincial (lei nº 1549) “[...] autorizava a despesa de 10:000\$000 para a construção de uma estrada de rodagem de Goiana a Ponta de Pedras” (Silva; Rodrigues, 1972, p. 322). Com essa introdução, quisemos ofertar ao leitor um pouco de elementos panorâmicos da praia de Ponta de Pedras para adentrarmos em aspectos do naufrágio do Vapor Bahia e seus desdobramentos de culturas e memórias que são transmitidas, incorporadas e herdadas através dos tempos; neste sentido, Peter Burke (2008) explanando sobre História Cultural diz que

Cultura é um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (Burke, 2008, p. 52).

Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, fizemos uso de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental¹, a partir dos pesquisadores que já escreveram sobre as histórias e memórias locais, e consultamos um documento manuscrito da segunda metade do século XIX, trata-se do livro de enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo à qual a Capela de Nossa Senhora do Ó em Ponta de Pedras estava subordinada a fim de encontrarmos registros de sepultamentos ocorridos e estejam relacionados com o sinistro do Vapor Bahia em 1887.

Várias tribos indígenas estavam instaladas e convivendo com suas crenças, saberes e sagrados antes da chegada dos europeus que se intitularam de ‘descobridores’ de terras que já eram habitadas e cultivadas com respeito aos rios, matas, enfim, os povos originários conviviam com a flora e fauna em uma relação respeitosa e de cuidado. Nessa região litorânea, destacamos a presença dos Caetés, dos Tabajaras e dos Potiguaras. Jesanias Rodrigues de Lima, Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira, e Suely Creusa Cordeiro de Almeida informam:

Retomando a história dos indígenas que viviam na região, os potiguaras levavam uma vida frugal, pois plantavam, caçavam e pescavam, tanto no mar quanto nos rios, assim estavam sempre providos de todos os mantimentos de que necessitavam. Por fim, cantavam, bailavam, comiam e bebiam, tendo hábitos semelhantes aos dos caetés. Mas, eram um grupo forte e aliado dos franceses. Foi necessária a associação entre a Coroa e os habitantes de Itamaracá para derrotá-los no final do século XVI (Lima; Oliveira; Almeida, 2024, p. 40).

No projeto colonizador, os portugueses escravizaram indígenas e depois tornou mercadoria e desumanizou o negro para forçadamente trabalhar. Eles foram capturados em suas terras natais e a força embarcados em navios negreiros, onde trouxeram consigo e em conjunto suas culturas, tradições, crenças e sagrados. Mesmo no aspecto europeu de crenças católicas elas sofreram influências variadas desde suas fusões na Península Ibérica que fora ocupada e dominada por variados povos em diferentes épocas.

Então, aqui no Brasil, mesmo no período colonial/imperial, a imposição da religião católica enquanto ‘oficial’, as crenças não deixaram de inter-relacionar-se, de sofrer e gerar influências umas nas outras, organizando o que ficou conhecido por catolicismo popular, com uma dimensão mística-religiosa que muitas vezes não estavam (nem estão) nas diretrizes oficiais da igreja oficial de Roma, mas sim nas percepções das tradições afro indígenas. Assim, na organização das ideologias envolvidas em torno dos Cajueiros das Almas de Ponta de Pedras perpassam pelo conceito de Interculturalidade, de Marga Janete Stroher:

A interculturalidade, então, é uma dimensão viável de uma interação sociocultural que permite um diálogo entre os diferentes atores sociais. Ela pressupõe processos de comunicação e diálogo e a interação entre etnias, culturas, religiosidades e modos de organização social que estabelecem relações em um mesmo espaço de convivência (Stroher, 2020, p. 116).

Nas ritualísticas indígenas, africanas e europeias/católicas, a preocupação com o sepultamento dos mortos sempre teve um destaque importante. O medo de mortes trágicas

ou do não enterramento dos corpos foram fomentadores de temores, preocupações e cuidados para com o sagrado no trato para o pós-morte. Os vivos se preocupavam e cuidavam de suas almas e das almas dos parentes e antepassados que os precederam na morte. Nessa perspectiva, nos recordamos das palavras de Albuquerque Júnior, quando relaciona a interação entre passado e presente:

É o presente que interroga o passado e o conecta com a nossa vida, com as suas problemáticas; o passado, como a história, é uma invenção do presente, embora ancorada nos signos deixados pelo passado. Passado que está longe de estar morto, de estar acabado, passado que é parte do próprio presente. No rio, como na história, águas passadas movem moinhos e destinos (Albuquerque Júnior, 2007, p. 33).

No nosso caso, não são águas dos rios que movem a presente pesquisa, mas, sim, as do mar, do Oceano Atlântico, que por meio de suas ondas, trouxe até à praia, corpos, objetos e destroços durante os dias que se seguiram depois do acidente que até hoje segue sem muitas explicações, além de alguns comentários da época.

Não ficou definida de modo claro a causa, nem caracterizada a culpa pela imperícia de alguém. Restaram apenas as versões e comentários da época, concentrando toda culpabilidade do inominável sinistro na pessoa do comandante do patacho “Pirapama”, que permaneceu, durante meia hora, ouvindo gritos e gemidos, em pé e de braços cruzados no tombadilho de seu navio, sem prestar socorro às vítimas do “Bahia”, deixando-as entregues à fúria de tubarões famintos (Nascimento, 1996, p. 170).

“A imprensa se ocupou do acidente debatendo as suas causas, acusando-se fortemente o comandante Francisco Raimundo de Carvalho, do ‘Pirapama’, como responsável pelo abalroamento” (Pinto, 1968, p. 45). Na gestão do prefeito Fred Gadelha, antes de ser sancionado o projeto de lei nº 2.306 de 2016, nomeando as ruas do antigo Sítio Monte Alegre, atualmente Loteamento Ponta de Pedras, fora solicitado que a antiga rua onde um dos possíveis cajueiros se encontra(va) fosse denominada por Rua Cajueiro das Almas. Josué Sena, relata que “o frondoso cajueiro que sombreava os túmulos, venerados pela população de Ponta de Pedras e ponto de visita dos veranistas, foi derrubado e as cruzes retiradas do local” (Sena, 2007, p. 490).

Na noite de 24 para 25 de março de 1887, era de uma quinta para sexta-feira, aconteceu no mar da praia de Ponta de Pedras, município de Goiana, um acidente náutico envolvendo o Vapor Bahia, que acabou afundando, e o Pirapama; o primeiro havia saído de Cabedelo, na Paraíba, e o segundo, da capital pernambucana.

De acordo com o preconizado pelo Dec. 8.943 05/1883, os navios deveriam ter se avistado a, pelo menos, 3 milhas de distância - devido as luzes de navegação situadas em

ambos os bordos e no tope do mastro principal - que corresponde a algo em torno de 5,5 km, distância mais que suficiente para realizar uma manobra segura que impedisse o acidente (Barbosa, 2014, p. 76).

Levando em consideração o relato do Oficial, Sr. Manoel Antonio Noites Dias, 1º Piloto do Bahia, sobrevivente do sinistro, este avistou o Pirapama e tentou manobrar para boreste, mas o outro continuou sua rota. Da forma como foi relatado, pode-se subentender que o Bahia, se realmente avistou o Pirapama, já estava muito próximo para evitar o abalroamento (Barbosa, 2014, p. 76).

Barbosa, a partir do relato anterior, traz à baila alguns questionamentos

As luzes de ambos estavam apagadas ou inoperantes? Porque não foram dados, de ambas as partes, os avisos sonoros preconizados no Dec. 8.943 05/1883? Já que era tarde da noite, estariam os responsáveis pela navegação, desatentos ou dormindo? Houve alguma festa ou despedida na noite anterior? Pelo que se pôde observar nenhuma dessas questões foram levantadas no decorrer da investigação, portanto essas perguntas não poderão ser respondidas (Barbosa, 2014, p.76).

O que se sabe ao certo é que o acidente aconteceu e o Bahia naufragou. Segundo Barbosa (2014), acredita-se que, ou não houve qualquer manobra, o que demonstraria que ambos os responsáveis pela navegação estariam dormindo ou desatentos à faina e os navios se abalroaram ao acaso, ou um dos pilotos só notou a iminência do abalroamento quando já não existia tempo hábil para guinar, tendo a tentativa de guinada ocorrido para o bordo errado, assim a manobra que parece ter sido realizada é a que o Bahia guinou para bombordo, ignorando as regras internacionais, e o Pirapama continuou no seu curso, indo de encontro ao costado de boreste do Bahia.

Segundo Barbosa,

Pela forma como está descrito no inquérito, sugere que o bico de proa do Pirapama (que está torcido de boreste para bombordo e com 10 chapas de boreste partidas) se chocou primeiro com a bochecha de boreste do Bahia e resvalou até a roda-de-pás onde, provavelmente ficou preso, tendo que ter dado máquinas atrás para se desvencilhar do Bahia. Esse choque casou danos em parte da bochecha de boreste, próxima a proa e no bico de proa do Pirapama (talhamar, escovém e chapas de boreste) e abriu rasgos no costado do Bahia (Barbosa, 2014, p.74).

Alguns passageiros devem ter acordado com o estrondo do choque entre os navios e, como só existiam dois conveses (a medida do pontal é de 4,30 m, portanto só dá para dois conveses), eles poderiam subir um lance de escada e chegar ao convés principal, dessa forma algumas pessoas conseguiram se salvar, enquanto que os que estavam no convés inferior e sofreram algum tipo de injúria com a batida (não se sabe os tipos de 75

cama, materiais e da posição dos indivíduos nas mesmas), ficaram desacordados e/ou presos nos camarotes e morreram afogados com a entrada da água nos diversos compartimentos (Barbosa, 2014, p. 74).

Na historiografia goianense, destacamos três autores e suas obras que discorrem sobre o caso. Em um de seus capítulos, Octávio Pinto (1968) em *Velhas Histórias de Goiana*, nos faz adentrar na história como se estivéssemos presentes naqueles momentos; também Mário Rodrigues do Nascimento (1996), em *Crônicas Goianenses*, republicou dois artigos de sua autoria originalmente divulgados no *Diário de Pernambuco* em junho de 1984 (Naufrágio do Vapor Bahia) e outro em junho de 1987, no ano do centenário do ocorrido (Cajueiro das Almas); no Primeiro Tomo do *Analecto Goianense*, Álvaro Alvim da Anunciação Guerra, com o pseudônimo de Mário Santiago (1946) copilou informações do *Jornal do Recife* (edições de 27 e 30 de março de 1887), do jornal goianense ‘*Gazeta de Goiana*’ de 26 e 30 de março daquele ano, e de um artigo seu mesmo, do próprio Mário/Álvaro, publicado em 25 de julho de 1942 na ‘*Voz Operária*’. Com uma narrativa envolvente, Octávio Pinto, que ouviu os relatos de João Guedes, capitaz em Ponta de Pedras e um dos envolvidos no socorro às vítimas do afundamento do Bahia, elaborou sua resenha sobre os fatos; vejamos um trecho:

A tragédia foi pavorosa, agravando-se com a escuridão da noite e a explosão das caldeiras. O “Bahia” adernou de proa e começou a submergir rapidamente. Na precipitação, atordoados pelo estampido, os passageiros atiravam-se ao mar, sendo muitos devorados pelos peixes. Alguns ficaram presos nos camarotes. Os escaleres, com o excesso de lotação, despencavam-se lá de cima, arrebentando-se de encontro às ondas. A tripulação não pôde manter a ordem. A confusão era enorme. Todos queriam no mesmo tempo tomar os escaleres. Era o momento do “salve-se quem puder”. Cenas trágicas, gritos lancinantes, ataques de loucura em que os passageiros rasgavam suas vestes ficando nus, era o que se via a bordo. D. Maria Sampaio de Moura, filha do conselheiro Sinval de Moura, que era cega, implorou a proteção de N. S. de Lourdes e precipitou-se no abismo. Pela manhã, apareceu na praia, em cima de um garajau de galinhas (Pinto, 1968, p. 42).

Citando Octávio Pinto, Mário Rodrigues faz uso da pesquisa feita pelo ex-prefeito de Goiana durante a Era Vargas (1938-1942) e relembra o relato de Barbosa Lima Sobrinho quando afirma que encontrou cruzeiros de ferro e sepulturas em uma área da praia denominada Sítio, que ele explica se tratar do “[...] antigo sítio Monte Alegre, hoje transformado em loteamento com belíssimas casas de veraneio, há um lugar, batizado com velas e amuletos pela credence popular com o nome de Cajueiro das Almas” (Nascimento, 1996, p. 169). Vejamos o testemunho de Barbosa Lima Sobrinho contido

em nota explicativa em Octávio Pinto (1968) e em Mário Rodrigues do Nascimento (1996):

Quando veraneei pela primeira vez na praia de Pontas de Pedra, visitei à beira-mar, debaixo de frondosos cajueiros, alguns túmulos dos naufragos do “Bahia”. E nos braços de duas cruzes continham as seguintes inscrições: - “Carcaceno Henrique – 25-3-1887 – Tenente H. C. Braune. Faleceu a 24.3.1887. Naufrágio do “Bahia” – Ponta de Pedras (Nascimento, 1996, p. 171-172).

Mário Santiago, discorre uma lista considerável de sobreviventes que foram conduzidos ao Recife depois que chegou à Ponta de Pedras no dia 26 de março de 1887 o rebocador Moleque, que trouxe a comissão designada de recolher e dar sepultura aos mortos que encontrasse. São informações importantes pois nos fomentam interpretações e (re)conhecimentos de alguns locais de sepulturas.

Em Catuama, soube a comissão que não havia naufragos ali e que, pela manhã daquele dia, tinham sido arrojados a praia um corpo e a metade superior de outro. O cadáver perfeito – foi averiguado – era do cap. Otaviano Augusto de Magalhães, que embarcara na Paraíba. Sepultaram-no na igreja local. A metade do outro corpo – uma massa informe e pútrida – não pode ser identificada e teve sepultura no areal da praia. Dali seguiu a comissão para Pontas de Pedra, onde, na manhã do mesmo dia, corpos tinham sido também arrojados, sendo sepultados no cemitério da povoação. Pelo exame cadavérico procedido pela autoridade do lugar, foram identificados os seguintes mortos: Carcaceno Henrique (estudante embarcado no Maranhão); 1º tte. Henrique Christiano Brown; Manuel Carlos de Azevedo Ribeiro, 2º cirurgião tenente da Armada (achava-se fardado). Os demais não puderam ser identificados e eram: uma mulher branca e magra; um rapaz branco; e mais dois homens (um dos quais, despido). O cadáver do tenente Brown e o da mulher foram inumados junto ao cruzeiro, um de cada lado, e os outros no quintal da igreja, que era o cemitério. A comissão pernitoou em Pontas de Pedra, e, no dia 27, seguiu para o local do afundamento. Também foi arrojado a Carne de Vaca o cadáver de um homem dilacerado, cujo enterramento ali mesmo foi feito; e a Pontas de Pedra, uma caixa contendo dinheiro-papel, a qual foi entregue ao subdelegado. Os jangadeiros andaram encontrando pedaços de corpos e do navio. Desapareceram no tétrico naufrágio as seguintes pessoas: o comandante do navio, 1º tte. Aureliano Isaac; e o imediato Silvério Antônio da Silva (Santiago, 1946, p. 222).

Pelas informações, o cruzeiro defronte da Igreja de Nossa Senhora do Ó serviu de enterramento para uma mulher não reconhecida e para o tenente Henrique Christiano Brown. O sepultamento na frente da Igreja de Nossa Senhora do Ó em Ponta de Pedras parece que já era uma realidade, pois, no ano de 1874 um senhor que faleceu por causa de varíola ali foi enterrado. Vejamos:

Aos doze dias do mez de novembro de mil oito centos setenta e quatro, sepultou-se na frente da Capella de Ponta de Pedras, involto em hábito branco e fallecido de variola Jacynto Alves Salgado, branco, com trinta e oito annos, cazado com Joanna Roza Pacheco, moradores em Ponta de Pedras, do que fis este assento e assignei. O Vigário Manoel José D'Oliveira Rego (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 38, frente).

Retornando ao Henrique, percebemos que a grafia do sobrenome do tenente está diferente em Pinto e Nascimento que escreveram Braune. Uma cruz de ferro foi forjada e indicava nos cajueiros o sepultamento de Braune e não Brawn, possivelmente erro na confecção e/ou erro fonético, uma não compreensão da pronúncia do sobrenome. Devemos perceber ainda que as árvores do fruto da castanha estão no plural no relato de Barbosa Lima Sobrinho (frondosos cajueiros) e no singular (Cajueiro das Almas) no título do texto de Nascimento (1996).

O cemitério de Ponta de Pedras ainda não era o atual, um pouco distante da igreja, mas, o campo santo era o terreno/quintal do templo sacro, o que era comum naquela época. Sobre ele, no livro de enterramentos do século XIX encontramos um registro do ano de 1884, em que nele foi sepultado um escravizado de nome Luís.

Aos dois dias do mes de novembro de mil oito centos e oitenta e quatro foi sepultado no Cemitério de Ponta de Pedras, Luís, preto, idade sesenta e cinco annos, de lesões, escravo do Capitão Manoel Felix de Sousa, morador em Ponta de Pedras, desta Freguesia, o que para constar fis este assento e assignei. O Vig^o José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 72, frente).

O Governo da Província de Pernambuco cogitou edificar um cemitério na sede da cidade de Goiana em 1859: “Construção de um cemitério público com capela” (Silva; Rodrigues, 1972, p. 274). Mas, acreditamos que por causa das irmandades e confrarias esse cemitério só veio a ser inaugurado quase 20 anos depois em 1878 e com a “[...] ausência de 7 das 13 existentes na cidade de Goiana, inclusive a da Santa Casa de Misericórdia” (Silva, 2017, p. 99). Em Mário Santiago (1947) encontramos a Ata de Inauguração do Cemitério de Goiana:

Aos vinte e quatro dias do mez de março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo mil oito centos e settenta e oito, quinquagésimo settimo da Independencia e do império, nesta cidade de Goiana, as 5 horas da tarde, presentes no recinto do edificio construído por ordem da Câmara Municipal para servir de Cemitério publico, o Doutor João Gonçalves d’Azevedo, Presidente interino da mesma Câmara, os de mais Senadores e Secretario, achando-se também o Parocho da freguesia presente Reverendo Joaquim Francisco de Vasconcelos, e com esses outros sacerdotes, Padre Antonio Dias da

Costa, Padre Francisco Gonçalves Ferreira Lemos, Padre Manoel Vicente dos Santos, Padre Manoel Elodio Estanislao Ferreira, Padre Francisco Cavalcante Assis Bezerra de Menezes, Padre Júlio de Maria Rego Barros e o Coadjutor da Parochia o Padre Luís Francisco Sales Pessoa e bem assim o juiz de Direito da Câmara, Doutor Joaquim da Costa Ribeiro e outras Autoridades, o Promotor Público Doutor João Joaquim de Freitas Henriques, o subdelegado Manoel Tavares Barreto, as confrarias e Irmandades: a do Santíssimo Sacramento, do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora da Conceição, de Nossa Senhora do Amparo, a de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, a de S. Benedicto; e grande concurso do povo, a fim de ter lugar a inauguração do dito cemitério, o mencionado reverendo paroco, a convite do Presidente da Câmara, dirigio-se com as pessoas presentes ao lugar mais central do edificio e procedeo a cerimonia solene da Sagração, depois da qual annunciou que se achava inaugurado o cemitério público de Goianna; do que para constar lavrei a presente acta, que vai assignada pelas pessoas acima nomiadas, e as de mais pessoas presentes que a quizerem. Eu Antonio Ferreira d'Aguiar, secretario da Câmara Municipal a escrevi (Santiago, 1947, p. 269-270).

O primeiro cemitério público da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo foi organizado e inaugurado em 1882; “Tem um cemitério público fundado em 1882, além da igreja matriz e a capela de N. S. do Rosário que já existia em 1743” (Silva; Rodrigues, 1972, p. 250). Sendo assim, ainda em fins do século XIX naquela freguesia vamos encontrar registros de sepultamentos dentro das igrejas, capelas, em seu entorno e/ou em cemitérios muito próximos delas.

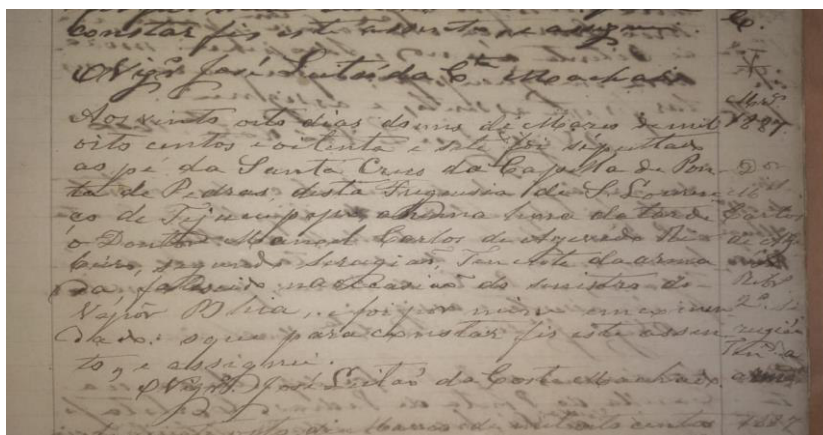
Dentro da Capela de Santo Antônio em Catuama foi sepultado o capitão Otaviano Magalhães e ainda em Carne de Vaca aconteceu pelo menos um enterramento. Daí mensuramos as grandes proporções do acidente pois, os corpos, pedaços de corpos, objetos e destroços foram encontrados por pescadores trabalhadores nessas praias e o trecho engloba alguns quilômetros por nossa orla.

Ao longo da praia, de Catuama à Carne de Vaca, deram cerca de 62 cadáveres, quase todos mutilados e irreconhecíveis pela voracidade dos peixes. Eram braços, cabeças, pernas, aqui e acolá. Em Catuama foram sepultados na capela o cedete Rego Barros, Manoel Rodrigues Paiva e o Capitão Octaviano Augusto de Magalhães. O espetáculo era, realmente desolador. As autoridades tomaram logo as providências para o sepultamento dos mortos. Foram ainda identificados o tenente Henrique Cristiano Browne, Carcaceno Henrique e o Dr. Manoel Carlos Azevedo Ribeiro (Pinto, 1968, p. 43).

Fomos em busca dos registros dos enterramentos nos livros da antiga Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, pois, Ponta de Pedras era integrante desta paróquia naquele ano de 1887. No livro analisado, que possui assentos entre os anos de 1862 e 1892, não encontramos indicações dos sepultamentos que os pesquisadores atestam que aconteceram nas capelas de Catuama (Santo Antônio), Carne de Vaca (Santa Ana), nem

no Cajueiro das Almas; mas, encontramos três sepultamentos que ocorreram no adro, defronte da Igreja de Ponta de Pedras na tarde do dia 28 de março de 1887. Dois dos registros (Dr. Manoel Carlos e D. Leopoldina Garcia) estão na frente da página 84 do livro e o terceiro (Tenente Braune) no verso. Iremos transcrever e traduzir os registros para melhor compreensão.

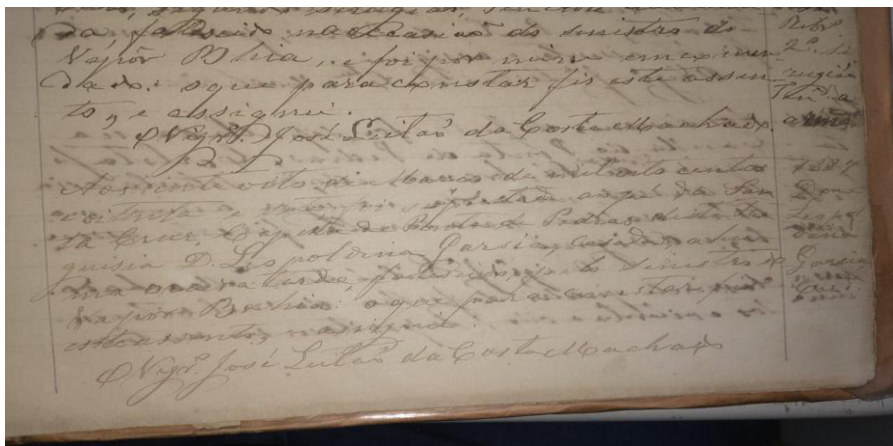
Figura 1: Registro do sepultamento do Dr. Manoel Carlos de Azevedo Ribeiro



Fonte: LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84.

Aos vinte oito dias do mes (mês) de março de mil oitocentos (oitocentos) e oitenta e sete foi sepultado ao pé da Santa Crus (Cruz) da Capella (Capela) de Ponta de Pedras, desta Freguesia de S. Lourenço de Tejucupapo, a huma (uma) hora da tarde, o Doutor Manoel Carlos de Azevedo Ribeiro, segundo serurgião (cirurgião), tenente da armada, falecido (falecido) na ocasião do sinistro do Vapor Bahia, e foi por mim encomendado, o que para constar fis (fiz) esse assento e assignei (assinei). O vigário José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84, frente).

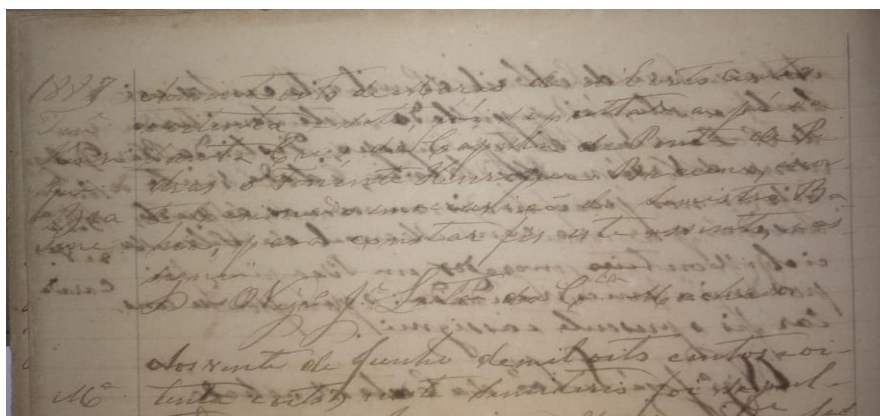
Figura 2: Registro do sepultamento de D. Leopoldina Garsia.



Fonte: LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84.

Aos vinte oito de março de mil oito centos (oitocentos) e oitenta e sete, foi sepultada ao pé da Santa Crus (Cruz) Capella (Capela) de Ponta de Pedras, desta Freguesia, D. Leopoldina Garsia (Garcia), casada, a huma (uma) ora (hora) da tarde, falecida (falecida) pelo sinistro do Vapor Bahia, o que para constar fis (fiz) este assento e assignei (assinei). O vigário José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84, frente).

Figura 3: Registro do sepultamento do Tenente Henrique Braune



Fonte: LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84.

Aos vinte oito de março de mil oito centos (oitocentos) e oitenta e sete, foi sepultado ao pé da Santa Crus (Cruz), da Capella (Capela) de Ponta de Pedras, o Tenente Henrique Braune, morte casionado (causada) em ocasião do sinistro Bahia, para constar fis (fiz) este assento e assignei (assinei). O vigário José Leitão da Costa Machado (Livro de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo, 1868-1892, p. 84, verso).

Com esses registros, fazemos conexões com Antonio Miranda, quando ele informa que na manhã do dia 28 de março de 1887, mesmo dia do sepultamento dos corpos identificados e registrados pelo vigário José Leitão da Costa Machado, vejamos:

Ao amanhecer do dia 28 a boiar nas águas da praia desta povoação 11 cadáveres, sendo dez de homem e 1 de mulher. Logo alguns moradores começaram a retirar estes corpos e o digno subdelegado João Rocha de Souza imediatamente organizou o serviço do ajuntamento, fazendo-se acompanhar do escrivão, praças do destacamento e 2 peritos que nomeou para a devida vistoria. Retirados d'água os cadáveres e postos no lugar para a vistoria, começou-se a proceder às buscas e indagações necessárias a identificação de cada um deles. Impossível era descrever os traços fisionômicos, por estarem em adiantadíssimo estado de decomposição, sem cabelos, e alguns faltando-lhes partes importantes, como cabeça, perna, braço, e carnes, entretanto os peritos e subdelegado foram incansáveis em procurar em cada um, com toda minuciosidade, as marcas da roupa, documentos que traziam e outros característicos para determinarem a identidade. Examinaram todos os cadáveres e cada uma das peças de roupa que traziam a começar pelas meias, a fim de descobrirem os esclarecimentos precisos. Feito isso, **passou-se a sepultar esses infelizes com tal ordem que em qualquer tempo que se chegue a verificar a sua identidade, sabe-se a cova de cada um** (Miranda, 2010, p. 33-34, grifo nosso).

A referida citação foi publicada originalmente em 07 de abril de 1887 no jornal Diário de Pernambuco e copilada pelo senhor Antonio Alves de Miranda em seu livro. Pelo Registro de sepultamento, o Tenente Henrique Cristiano Braune não foi sepultado no Cajueiro das Almas, onde muitos atestam ter estado duas cruzes de ferro indicando duas sepulturas, deste tenente, que no caso, foi na frente da Capela, “ao pé da Santa Cruz”, e do Carcaceno Henrique. Podemos presumir que essa referida cruz do tenente pode ter sido levada posteriormente ao Cajueiro das Almas, em uma das possíveis reformas do entorno do templo dedicado à Nossa Senhora do Ó. Essas cruzes podem ter sido confeccionadas justamente para identificar a qualquer momento. Assim conjecturamos, pois, em Mário Rodrigues do Nascimento, encontramos ênfase numa cerimônia fúnebre presidida pelo padre Fernando Passos onde os restos mortais de alguns dos naufragos foram colocados em um mausoléu erguido no atual cemitério, inaugurado em 1938, na gestão de Octávio Pinto onde fora fixada “[...] uma cruz com a inscrição: cirurgião da armada Dr. M. C. Azevedo Ribeiro falecido a 24 de março de 1887, naufrágio do Bahia” (Miranda, 2010, p. 42).

Ela de fato aconteceu faz anos, com muitas flores, lágrimas e hinos entoados pelos escolares, além do povo postado em frente à igreja de Ponta de Pedras para ouvir atentamente a palavra do grande orador sacro, padre Fernando Passos, que depois de brilhante alocução fúnebre, de breviário na mão, lendo textos bíblicos, espargiu água benta

nos ossos exumados e na cruz de ferro que serviu de tema da carta acima aludida. A urna com os ossos e a cruz foram levadas em procissão para o mausoléu construído em homenagem aos náufragos do “Bahia” no cemitério local e lá ficaram até hoje (Nascimento, 1996, p. 171).

O Cônego Fernando Rodrigues dos Passos tomou posse como pároco desta cidade em 1930, aqui ficando apenas um ano, e depois regressando em 1942 como pároco inamovível, ou seja, tudo leva a constatar que esse traslado dos ossos exumados para o mausoléu no cemitério deva ter sido no ano de 1942 ou posterior. Mas, mesmo assim, “[...] a credence popular fazia do Cajueiro das Almas o altar de suas preces; e flores e velas jamais faltaram no túmulo dos náufragos” (Nascimento, 1996, p. 172). Também era comum os crentes visitantes amarrarem fitas votivas de promessas feitas e alcançadas nos cajueiros que tinham uma atmosfera de assombrado pelas almas. Nestes panoramas dos divinos e sagrados, na Interculturalidade que os Cajueiros e as almas das vítimas do navio Bahia estão imbricados recordamos a exposição de Clarissa De Franco e Nicolás Panotto sobre a finalidade e os desdobramentos desse conceito.

A interculturalidade permite a compreensão da cultura e das relações culturais como constitutivamente conflitivas e tensas, reconhecendo espaço para as diferenças e abrindo caminhos para uma negociação cultural a partir do enfrentamento dos conflitos provocados pela assimetria do poder (Franco; Panotto, 2022, p. 273).

Desde 2016, o Instituto Histórico Arqueológico e Geográfico de Goiana (IHAGGO), fundado originalmente em 1870 como Instituto Histórico de Goiana, por meio do Projeto Paredes que Contam Histórias, já confeccionou vários painéis em azulejos que estão espalhados pela sede da cidade e em comunidades do município e mesmo em outras cidades de Pernambuco e no estado da Paraíba. São painéis fixados em praças, monumentos e instituições, onde sempre é colocado em paredes e ou pedestais erguidos para esta finalidade. O objetivo é informar aspectos históricos sobre fatos, acontecimentos, entidades e personalidades que contribuíram de alguma forma para nossa história.

Figura 4: Painel fixado pelo IHAGGO em junho de 2023



Fonte: arquivo pessoal dos autores, 2023.

Em março, o professor doutorando (PPGCR-UFPB) José Bartolomeu dos Santos Júnior e sócio efetivo do IHAGGO escreveu um texto de quatro laudas lembrando o naufrágio do Bahia e do Cajueiro das Almas que está publicado no site oficial do instituto solicitando que patrocinadores pudessem auxiliar na confecção de painéis que marcassem tais acontecimentos. Prontamente, o presidente do IHAGGO, o Dr. Harlan de Albuquerque Gadelha Filho, grande fomentador e defensor dos nossos patrimônios culturais se disponibilizou na empreitada e já estão sendo fincados tais painéis para que nativos, visitantes e veranistas da praia de Ponta de Pedras possam (re)conhecer alguns lugares importantes desta história que envolve crenças, lágrimas, memórias, e reformulações. Os locais escolhidos pela comissão do Projeto Paredes foram a praça defronte da Igreja de Nossa Senhora do Ó, local de alguns sepultamentos como já enfatizamos, e o outro ficará próximo do obelisco do Cabo de Santa Helena, segundo Ponto mais oriental do país, depois de Cabo Branco (PB).

Considerações Finais

O que podemos constatar é que as histórias, religiões, crenças, sagrados, divinos estão em constantes mudanças, se relacionando, influenciando e se deixando influenciar pelas sendas do tempo. Ponta de Pedras, praia do litoral pernambucano, desde o século XVI esteve na rota de navegadores que objetivando conquistar novas terras, teriam aportado em 18 de agosto de 1501. Depois, no fim da década de 1580, o franciscano Frei Antônio do Campo Maior estabeleceu missões em uma aldeia nesta praia que fazia parte da Capitania de Itamaracá. Mas, o destaque aqui abordado foi para o trágico naufrágio do

vapor Bahia, que em sua época era considerado um dos mais importantes pertencente a Companhia Brasileira de Navegações, transportando passageiros de primeira e segunda classe em seus camarotes. Na noite de 24 de março de 1887, os navios Bahia e Pirapama tiveram um confronto resultando no afundamento do Bahia em poucos minutos no mar, próximo de Ponta de Pedras. A partir da morte de várias vítimas e de seus corpos que foram sepultados em alguns lugares, como nos Cajueiros das Almas e nas proximidades do cruzeiro defronte da Igreja de Nossa Senhora do Ó criou-se um culto histórico, de veneração, memória e tributo das almas dos sepultados, sobretudo nos Cajueiros. Algumas cruzes de ferro foram confeccionadas para identificar os locais de sepulturas; buscamos averiguar no livro de enterramentos da freguesia as informações e encontramos três registros de corpos que chegaram à praia na manhã do dia 28 de março em avançado estágio de putrefação e que no início da tarde foram enterrados ‘ao pé da Santa Cruz’ em frente da igreja; foram os corpos do doutor Manoel Carlos de Azevedo Ribeiro, dona Leopoldina Garcia e do tenente Henrique Braune. Com o passar dos tempos, as crenças e memórias do Cajueiro das Almas foram perdendo força; atualmente, não existe mais sua devoção na comunidade, apenas suas lembranças pelos mais antigos que relatam suas histórias vivenciadas por eles próprios ou já recontadas por outros que as experimentaram.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru-SP: EDUSC, 2007.

BARBOSA, Marina Souza. *Desvendando o Naufrágio do Vapor Bahia (1887): o olhar da arqueologia subaquática*. Recife: UFPE, 2014 (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, UFPE).

BARRETO, José Ricardo Paes. *Padroeiros Pernambucanos*. Recife: Baraúna, 2004.

BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Tradução Sergio Goes de Paula. 2.ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Cibele. As hagiografias franciscanas. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, n. 4, p. 142-160, 2013.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos: 1493-1590*. Recife. FUNDARPE, 1983.

FRANCO, Clarissa De; PANOTTO, Nicolás. Decolonização do Campo Epistemológico das Ciências da(s) Religião (ões) e Teologia(s) pela via Contra-Hegemônica dos Direitos Humanos In RIBEIRO, Claudio de Oliveira (Org.). *Princípio Pluralista e Decolonialidade*. São Paulo: Editora Recriar, 2022.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscência de Viagens e Permanências no Brasil: província do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

LIMA, Jesanias Rodrigues de; OLIVEIRA, Luanna Maria Ventura dos Santos; ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de (Orgs). *Itapissuma: de aldeia a povoado (séculos XVI-XIX)*. Teresina: Cancioneiro, 2024.

LIVRO de *Enterramentos da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo*, 1862-1892.

MIRANDA, Antonio Alves de. *Praias de Goiana*. Olinda-PE. Livro Rápido, 2010.

NASCIMENTO, Mário Rodrigues do. *Crônicas Goianenses*. Recife: Editora do Autor, 1996.

OLIVEIRA, Severino Carneiro de. *Goiana é uma Festa: história, cultura e turismo*. Recife. Gráfica Palmeiras LTDA ME, 2010.

PINTO, Octávio. *Velhas Histórias de Goiana*. Rio de Janeiro: Casa Editorial Vecchi LTDA, 1968.

SANTIAGO, Mário. *Analecto Goianense: Tomo I*. Goiana-PE: Tipografia Violeta, 1946.

SANTIAGO, Mário. *Analecto Goianense: Tomo II*. Goiana-PE: Tipografia Violeta, 1947.

SENA, Josué Antônio Fonseca de. *Goiana em Versos e Prosa*. Recife: Editora do Autor, 2007.

SILVA, Genny da Costa e; RODRIGUES, Maria do Carmo. *Bibliografia Sobre Goiana*. Recife, 1972.

SILVA, Maria de Jesus Santana. *Devoção e Resistência: as irmandades de homens pretos de Goiana*. Rio de Janeiro: Publit, 2017.

STROHER, Marga Janete. Interculturalidade e Espiritualidade In RIBEIRO, Claudio de Oliveira; ARAGÃO, Gilbraz; PANASIEWICZ, Roberlei (Orgs). *Dicionário do Pluralismo Religioso*. São Paulo: Recriar, 2020

¹LIVRO de Enterramentos da Freguesia de São Lourenço: 1862-1892; Nossa pesquisa utilizou como documento inédito o livro de registro de sepultamento da Freguesia de São Lourenço de Tejucupapo (1862-1892) que se encontra atualmente no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário do município de Goiana-PE, Diocese de Nazaré da Mata.

Artigo recebido em 11/03/2024

Aceito para publicação em 11/06/2024